

AS DIFICULDADES DA INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NO MEIO ACADÊMICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Stefanie Borba¹

Roger Cristiano Baigorra Machado²

Resumo:

Como previsto no Artigo 205 da Constituição Federal, a educação é um direito de todos os cidadãos; direito social e de cidadania e é um dever do Estado provê-la de forma justa, gratuita e de qualidade. Trata-se de um relato de experiência realizado a partir das observações vivenciadas na monitoria do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA) da Universidade Federal do Pampa. Esse estudo trouxe para mim uma melhor vivência, experiência sobre como é conviver com deficiência e suas dificuldades, espero que não somente a UNIPAMPA se adeque para receber mais alunos assim, mas também, como todos os órgãos públicos e privados.

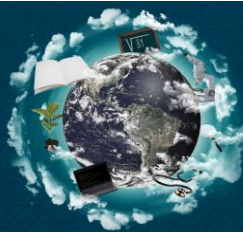
Palavras-chave: Inclusão acadêmica, acessibilidade, deficiência

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

AS DIFICULDADES DA INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NO MEIO ACADÊMICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

¹ Aluno de graduação. stefaniemaressa@gmail.com. Autor principal

² Técnico Administrativo em Educação. rogercbm@gmail.com. Orientador



AS DIFICULDADES DA INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NO MEIO ACADÊMICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência é muito importante para a sociedade, visto que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), cerca de 46,5 milhões de pessoas declaram-se deficientes, ou seja, 23,9% dos brasileiros consideram-se portadores de algum tipo de deficiência.

Como previsto no Artigo 205 da Constituição Federal, a educação é um direito de todos os cidadãos; direito social e de cidadania e é um dever do Estado provê-la de forma justa, gratuita e de qualidade. O artigo 208 também prevê atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, também afirma que a educação é um direito de todos e ainda ressalta o princípio de não discriminação, respeitando, assim, a diversidade e individualidade de cada indivíduo.

Segundo a Organização de Acessibilidade Brasil, acessibilidade:

“Representa para o nosso usuário não só o direito de acessar a rede de informações, mas também o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos”. (ACESSIBILIDADE BRASIL, 2014)

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) caracteriza pessoa portadora de deficiência da seguinte forma:

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. (BRASIL, 2007).

Um fator muito importante é a atribuição que o deficiente tem perante a sociedade, muitas vezes os deficientes ainda são vistos como “incapazes” ou “limitados”. Infelizmente, o Brasil ainda possui uma sociedade preconceituosa e discriminatória, uma herança que nos acompanha há séculos. (VIANA, 2006).

Segundo os dados do Censo Escolar, em 2014 estavam inseridos na rede federal de ensino superior 19.812 estudantes deficientes. As universidades públicas e particulares têm o dever de matricular alunos com deficiência no ambiente acadêmico, caso contrário, são passíveis de multa. (MEC, 2015)

Como já relatado acima, a educação é um direito de todos, e cabe a qualquer cidadão questionar e exigir esse direito, desde o indivíduo jovem até o idoso. O meio acadêmico está preparado para chegada de tais estudantes? Quais as principais barreiras que eles encontram durante o ingresso e permanência dentro de uma universidade?

Um dos meios de integrar o aluno deficiente no ensino superior é o órgão NINA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade) da Universidade Federal do Pampa, que visa melhorar a vivência do discente no meio acadêmico. Diante disso, o presente relato se propõe a mostrar algumas dificuldades vivenciadas por pessoas deficientes, ao

chegar no meio acadêmico, experimentando as vivências cotidianas de uma Universidade. Bem como, também, relatar as dificuldades encontradas durante todo esse processo.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência realizado a partir das observações vivenciadas na monitoria do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), durante dos meses de maio a agosto de 2017. Também, procurou-se mostrar e discutir as necessidades e dificuldades desse processo.

Iniciamos com reuniões semanais, onde se estabeleceu o orientador e os demais discentes participantes do NINA.

No segundo momento, houve um planejamento de como inserir os acadêmicos com necessidades especiais no NINA. Com isso, surgiram suas dificuldades e desafios, principalmente, diante de alguns docentes, que ainda não estão totalmente preparados para inserção desses alunos dentro da universidade. Logo em seguida, foi cedida uma impressora específica para o aluno deficiente visual.

Outra atividade importante a ser mencionada, são as monitorias referentes ao componente curricular de Genética, através de revisão do conteúdo já administrado em aula para uma aluna deficiente intelectual, os monitores se alternaram em horários diferentes para poder atender a estudante. Como material de apoio pedagógico, na monitoria de Genética, foram utilizados vídeos, slides, estudos dirigidos e resumos. Sempre questionando a acadêmica sobre o entendimento do assunto. O grande objetivo das monitorias é facilitar o processo ensino-aprendizagem, favorecendo a participação da acadêmica na troca de ideias, buscando sua inclusão e propondo atividades com linguagens acessíveis. A acadêmica em questão, é um bom exemplo de atividade adaptada em outro ambiente acadêmico, visto que ela possui resistência em ter a monitoria em sala de aula, dado algum constrangimento que possa lhe causar.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Nos primeiros meses, foram planejadas ações para integrar os alunos na universidade, melhorar suas adaptações, descobrindo e entendendo suas dificuldades perante as matérias ministradas e o ambiente universitário. Com a necessidade de implantar na UNIPAMPA políticas públicas que visassem a inclusão de alunos deficientes no ambiente acadêmico, foi preciso desenvolver estratégias para a permanência dos mesmos na universidade. O NINA propõe garantir e assegurar a permanência desses alunos no ensino superior. A permanência dá-se através do diálogo, atendimento individual, de acordo com a necessidade de cada estudante. Além disso, é necessário viabilizar o acesso desses estudantes, como por exemplo, rampas, salas adaptadas, elevadores, etc.

O NINA é um órgão suplementar, de natureza institucional, vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Pampa. O mesmo é o setor responsável pela articulação de ações visando contribuir com a definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA. (UNIPAMPA, 2013)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo trouxe para mim uma melhor vivência, experiência sobre como é conviver com deficiência e suas dificuldades, espero que não somente a UNIPAMPA se adeque para receber mais alunos assim, mas também, como todos os órgãos públicos e privados.

Permitiu discussões a respeito do papel das universidades perante as necessidades de alunos com diversos tipos de deficiência; a inclusão desses alunos, não somente no meio acadêmico, mas na sociedade, serve para garantir o crescimento pessoal e acadêmico.

A educação inclusiva é aquela que proporciona ao aluno com deficiência o mesmo ensino que aos demais, mesmo que de maneiras diferentes. Cabe a cada instituição adequar-se às necessidades dos acadêmicos, porém, não somente uma adaptação infraestrutural, mas também, uma adaptação curricular que busque a inclusão.

Vale ressaltar, também, que nem todos os locais públicos e privados estão preparados para receber indivíduos nessas determinadas condições, não há arquitetura específica, sinalizações apropriadas, há falta de profissionais preparados para atendimento desses indivíduos. Porém, essa inclusão vem em passos lentos, uma vez que o preconceito ainda norteia a sociedade brasileira, a qual, com base nisso, coloca obstáculos para a inclusão de deficientes.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Acessibilidade Brasil. O que é acessibilidade? 2014 [internet]. [acesso em 30 set 2017]. Disponível em: <http://www.acessibilidadebrasil.org.br/joomla/o-que-e-acessibilidade>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988 [internet]. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988 [acesso em 30 set 2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico, 2000 [internet]. [acesso em 30 set 2017]. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.shtm>.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Documento lembra que pessoas com deficiência têm direito à educação 2015 [internet]. [acesso em 30 set 2017]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/202-noticias/264937351/21168-documento-lembra-que-pessoas-com-deficiencia-tem-direito-a-educacao>.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Número de matrículas de pessoas com deficiência cresce no Brasil 2015 [internet]. [acesso em 30 set 2017]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/202-noticias/264937351/21439-numero-de-matriculas-de-pessoas-com-deficiencia-cresce-no-brasil>.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2007 [internet]. [acesso em 30 set 2017]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192.

BRASIL. Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NINA 2013 [internet]. [acesso em 30 set 2017]. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/nina/apresentacao/sobre-o-nina/>.

VIANA, J. Deficientes são vistos na maioria das vezes como incapazes, 2006 [internet]. [acesso em 30 set 2017]. Disponível em: <https://jornaldigital2006.wordpress.com/2012/10/22/depoimentos-de-imigrantes-revelam-discriminacao-durante-busca-por-vida-digna/>.